

CORREIO ECONÔMICO



Juros 'siderais' e isenção de IR alimentam renda fixa

Investimento em renda fixa cresce 10,1% para R\$ 267,2 mi

A combinação 'perfeita' de taxa de juro em dois dígitos, com isenção de IR (Imposto de Renda) está fazendo a 'festa' do investidor em renda fixa, aplicação cujo investimento saltou 10,1% no primeiro semestre (1S24), o equivalente a R\$ 267,2 bilhões, aí considerados os fundos de renda fixa, FIDC, títulos privados e CDBs. A busca de rentabilidade, face à expansão inflacio-

Híbrido 'fatura' Já o segmento híbrido (fundos multimercados, cambial, fundos e ETFs, fundos de índice negociados em bolsa), este 'faturou' mais R\$ 48,2 bilhões, do varejo, acumulando alta de 13,9%, no semestre – montante de R\$ 350,8 bilhões no total da indústria de investimentos.



'Pico' do rendimento do trabalho foi atingido em abril

Renda do trabalho sobe 5,8% no segundo trimestre (2T24)

Em nova elevação trimestral, os rendimentos do trabalho no segundo trimestre deste ano (2T24) subiram 5,8%, ante o trimestre anterior (1T24), aponta estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), segundo o qual o rendimento médio real bateu o 'pico' de R\$ 3,255 em abril deste ano, mas recuou 2,1% para

Melhor idade A maior expansão de renda, no quarto trimestre de 2022 (4T22) ocorreu na Região Nordeste (8,5%), entre trabalhadores acima de 60 anos (8,8%), e com ensino superior (5,7%), em contraste com o avanço 'fraco' (1,1%) entre trabalhadores com ensino fundamental incompleto.

Saldo negativo A exemplo da tendência adversa recente, as retiradas da poupança superaram as aplicações em R\$ 398 milhões, em agosto, segundo relatório de poupança divulgado pelo Banco Central (BC), pois os brasileiros sacaram R\$ 352,163 milhões e aplicaram R\$ 351,765 milhões.

Saldo negativo II No que toca às cadernetas em crédito imobiliário (SBPE), também houve saldo negativo, mediante depósitos de R\$ 302,365 bilhões e saques de R\$ 303,653 bilhões, com exceção do crédito rural, que teve aplicações de R\$ 49,4 bilhões, contra retiradas de R\$ 48,510 bilhões.

Governo 'atropela' Congresso para garantir mais tributação

'Volúpia fiscal' mira IOF e impostos de importação e exportação

Por Marcello Sigwalt

Não bastasse a 'acachapante' carga tributária que 'tunga' de trabalhador, ao menos três meses dos 12 que compõem o ano, somente para sustentar a ineficiente máquina pública (federal, estadual e municipal), o governo petista, seguindo o 'modus operandi' do Supremo Tribunal Federal (STF), agora ameaça 'atropelar' o Congresso Nacional, mediante a elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), do Imposto de Importação (II) e do Imposto de Exportação (IE), que prescindem do crivo político do Parlamento.

O argumento da hora é a 'necessidade de ampliar a arrecadação para fechar as contas em equilíbrio, no final do ano', quando, na verdade, se trata de uma falácia, uma vez que a meta de déficit primário zero requer (com banda de tolerância de 0,25 ponto percentual do PIB), sobretudo, competência para 'cortar despesas', tarefa que parece inviável ao Executivo, quanto



Sanha arrecadatória do Planalto não se detém por seguidos recordes de receita

mais a menos de um mês das eleições municipais, pleito essencial à sobrevivência política da casta petista para a disputa presidencial, logo ali, daqui a dois anos.

Tradutor perfeito da voracidade fiscal do 'partido da estrela solitária', uma de suas autoridades, sob a condição

óbvia do anonimato, definiu o formato da panaceia do Planalto: "Tem que pensar em alguma coisa que tenha impacto direto, que não tenha anualidade, noventa ou [precise de] aprovação do Congresso, alguma coisa extrafiscal".

Ante uma mídia pouco 'anthenada' com o avanço federal

sobre o contribuinte, a equipe econômica admite que estão 'em estudo' medidas arrecadatórias adicionais, na hipótese de as expectativas de receitas serem 'frustradas', a exemplo de 'ganhos' aquém do esperado, por conta da atuação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Medidas 'módicas' não garantem meta

A despeito da conquista de recordes recorrentes de receita, assim como medidas 'módicas', como a que congelou R\$ 15 bilhões, em vergas de ministérios, o fato é que a 'volúpia fiscalista' do Executivo é incapaz de garantir um 'ponto de equilíbrio' nas contas públicas. Enquanto a nova investida no 'bolso' do contribuinte não se consuma, o Planalto, além de fazer nova avaliação sobre o desempenho fiscal, prevista para o próximo

dia 20, aguarda com 'ansiedade' a aprovação do projeto de lei contendo 'medidas compensatórias' à republicana desoneração da folha de salários, como a captação de recursos de depósitos judiciais; coleta de dinheiro esquecido em contas bancárias e a repatriação de ativos no exterior. Neste caso, uma fonte especializada admitiu a aprovação de tais medidas demandará a edição de normativos, editais e novos programas, além de

acionar a Advocacia-Geral da União (AGU).

Levando em conta projeções do boletim Focus, o mercado classifica como 'incerta' a capacidade do governo de alcançar a meta fiscal zero. Em lugar disso, o mercado prevê um déficit de 0,6% do PIB este ano.

A equipe econômica, embora reconheça que o cenário é desafiador, tem pregado que o objetivo será buscado 'a todo custo', disse a fonte. "Para fe-

char o fiscal este ano vamos fazer um esforço grande, não abrimos mão", afirmou.

A ideia que fica patente, pela observação de um interlocutor independente, é que o compromisso do governo é passar a imagem de desempenho irretocável em matéria fiscal, mas que não encontra 'eco' na análise realista dos especialistas do mercado. Pelo contrário, fica claro que a meta de zeragem do déficit não será atingida.

Governar fora do orçamento virou 'moda'

Observador atento das escaramuças palacianas que garantam recursos, nessa reta final da campanha eleitoral municipal, o gestor da Verde Asset, Luis Stuhlberger, em carta divulgada nesta sexta-feira (6), é bem direto no diagnóstico da situação fiscal atual.

Partindo do princípio de que é preciso atingir a meta de resultado primário 'custe o que custar', Stuhlberger entende que o Executivo tem apresentado "todo tipo de subterfúgios e criatividades", alardeando novos programas de transferência de renda, como Vale Gás e o 'Pé de Meia', que requerem fontes de receitas permanentes.

Frente à constatação da irreidade de tais propostas, o gestor da Verde sentenciou: "Voltamos à era da política pública feita fora do Orçamento, alimentando a criação de um sem-número de fundos e outras tecnologias paraísais que pa-



Stuhlberger: cortes nos EUA podem não favorecer emergentes

reciam ter ficado num passado nem tão remoto". Em outro trecho da carta mensal que assina, ele completa: "Ao fim e ao cabo, a ação do governo tornou a métrica de déficit fiscal primário uma variável pouco relevante para os mercados. A preocupação crescente com o nível e a

trajetória da dívida pública brasileira nos parece a consequência inevitável".

A despeito das trapalhadas governamentais para atingir seus compromissos políticos inconfessáveis, as ações brasileiras conseguiram a façanha de apresentar um desempenho

positivo no mês passado, mas sob o impulso externo, ante à perspectiva de corte iminente de juros pelo Federal Reserve (Fed), o bc dos EUA. Entretanto, cética, a Verde entende que a expectativa de que o afrouxamento monetário ianque deslocará capitais para os mercados emergentes é 'exagerada'.

Sobre esse eventual cenário 'positivo', a carta da gestora se mantém 'realista':

"Não acreditamos que isso supere os fundamentos preocupantes e o ciclo de alta de juros prestes a ser iniciado pelo Banco Central do Brasil e, por isso, aproveitamos o movimento para vender parte de nossas posições de ações [em setores domésticos cíclicos] e para iniciar hedges, que de maneira agregada levam o fundo à sua menor exposição a bolsa brasileira desde 2016". Segundo ele, agosto foi muito 'volátil' aos mercados globais. (M.S.)

'Jabuti' custará R\$ 24 bi ao consumidor

Um 'jabuti', aprovado de última hora, por meio de emenda pelo Senado, na última quarta-feira (4), com o intuito de beneficiar geradores de energia solar – que não precisariam de qualquer apoio financeiro – deverá impor um custo adicional de R\$ 24 bilhões nas contas de luz, a serem pagas pelo consumidor, no amplo período de 2024 a 2045. A trama financeira se tornou possível, por meio de um adendo ao projeto

de lei que visa reduzir as emissões de veículos.

A gravidade da iniciativa, sem qualquer transparência política ou midiática, implicará custo adicional de R\$ 1 bilhão aos consumidores por um período de 20 anos, visando 'garantir' que algumas empresas de GD (geração distribuída) sejam beneficiadas. Tal projeção consta de documento da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) enviado ao

MME (Ministério de Minas e Energia).

A medida, inserida de 'afo-gadilho' pelo senador Irajá (PSD-TO), ao projeto de lei do Combustível do Futuro, pode ser definido como 'jabuti', uma vez que não tem qualquer correlação com o tema central. Como foi aprovado, o projeto seguiu para a Câmara.

Segundo a lei 14.300 – 'Marco Legal da Micro e Minigeração Geração Distribuída,

de 2022' – esses geradores precisam concluir as obras em, até 12 meses, após a aprovação do projeto pelas distribuidoras de energia elétrica. Tal prazo foi ampliado pelo 'jabuti' para 30 meses.

O efeito prático da prorrogação é o de permitir alterar o enquadramento de um grupo de empreendimento, para ampliar o número de projetos com desconto total sobre os custos tarifários. (M.S.)